



Banco Cooperativo Sicoob S.A.

Relatório de Gerenciamento de Riscos e de Capital

Pilar 3

4º Trimestre de 2020 – Resolução BCB Nº 54/2020

Índice

1. Objetivo	3
2. Indicadores prudenciais e gerenciamento de riscos	3
2.1 KM1: Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais	3
2.2 OVA: Visão geral do gerenciamento de riscos da instituição	4
2.3 OV1: Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA)	10
3. Risco de Liquidez	11
3.1 LIQA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de liquidez	11
4. Risco de Crédito	13
4.1 CRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito	13
4.2 CR1: Qualidade creditícia das exposições	13
4.3 CR2: Mudanças no estoque de operações em curso anormal	16
4.4 CRB: Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições	17
5. Risco de Crédito de Contraparte (CCR)	18
5.1 CCRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito de contraparte	18
6. Exposições de Securitização	19
6.1 SECA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento de riscos das exposições de securitização	19
7. Risco de Mercado	19
7.1 MRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de mercado	19
7.2 MR1: Abordagem padronizada – fatores de risco associados ao risco de mercado	20
7.3 Carteira de Derivativos	20
8. Risco de Variação das Taxas de Juros em Instrumentos Classificados na Carteira Bancária (IRRBB)	21
8.1 IRRBBA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do IRRBB	21
8.2 IRRBB1: Informações quantitativas sobre o IRRBB	23

1. Objetivo

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BCB), por meio da Resolução BCB nº 54, de 16 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a divulgação do relatório de Pilar 3, apresentamos o relatório do Conglomerado Prudencial Banco Sicoob¹ com as informações requeridas pelo BCB.

A Resolução BCB nº 54/2020 define o escopo, o formato e a periodicidade de divulgação das informações. Neste relatório, as informações estão organizadas em tabelas com formato fixo e flexível, com o objetivo de manter a comparabilidade entre as instituições, reduzir a assimetria de informações e fomentar a disciplina de mercado.

A política de divulgação do Relatório de Gerenciamento de Riscos e de Capital apresenta a especificação das informações que devem ser divulgadas, as diretrizes e as responsabilidades das áreas envolvidas no processo de elaboração e divulgação do relatório, bem como, a responsabilidade dos controles internos, visando garantir a fidedignidade das informações, conforme estabelecido pelo art. 56 da Resolução CMN nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017.

As informações deste relatório têm como base o trimestre findo em 31 de dezembro de 2020.

2. Indicadores prudenciais e gerenciamento de riscos

2.1 KM1: Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais

Em conformidade com a Resolução CMN 4.192/2013 e regulamentações complementares, o Conglomerado Banco Sicoob mantém Patrimônio de Referência (PR) compatível com os riscos inerentes às suas atividades. O processo de adequação do Patrimônio de Referência é acompanhado para atender aos requerimentos regulatórios e à gestão estratégica da instituição.

O PR é composto pelo Nível I e Nível II, sendo parâmetro para fins de monitoramento e de verificação do cumprimento dos limites operacionais, estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BCB), onde:

- Nível I – composto pelo somatório do Capital Principal e Capital Complementar;
- Nível II – composto por instrumentos elegíveis a capital, basicamente dívidas subordinadas, sujeitos a limitações prudenciais.

O PR é apurado em bases consolidadas:

- Conglomerado Banco Sicoob – consolidado do Banco Sicoob, suas empresas controladas (Bancoob DTVM e Ponta Administradora de Consórcios Ltda.), que são regulamentadas pelo BCB, e os fundos de investimento (previdenciário e imobiliário).

O BCB estabelece os limites operacionais a serem observados pelas instituições financeiras que são monitorados pela apuração do Índice de Basileia (IB), Índice de Nível I (IN1) e Índice de Capital Principal (ICP), conforme estabelecido pela Resolução CMN 4.193/2013.

As parcelas de adicional de capital regulamentar visam garantir que os bancos tenham reservas adicionais de capital, suficientes para absorção de perdas inesperadas

¹ Denominação anterior Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob S.A), alterado em 16/3/2021.

devido aos ciclos econômicos e ao risco sistêmico, reduzindo os potenciais impactos na economia.

O Adicional de Capital Principal (ACP) passou a vigorar a partir de janeiro de 2016, sendo aplicado de acordo com as Circulares BCB 3.768/2015 e 3.769/2015.

Tabela KMI: Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais

		a	b	c	d	e
		dez-20	set-20	jun-20	mar-20	dez-19
Capital regulamentar						
1	Capital Principal	1.995.062	1.954.828	2.003.111	1.962.740	1.910.514
2	Nível I	1.995.062	1.954.828	2.003.111	1.962.740	1.910.514
3	Patrimônio de Referência (PR)	1.995.062	1.954.828	2.003.111	1.962.740	1.910.514
3b	Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente	-	-	-	-	-
3c	Destaque do PR	-	-	-	-	-
Ativos ponderados pelo risco (RWA)						
4	RWA total	14.225.191	12.698.021	11.498.887	11.441.193	11.267.299
Capital regulamentar como proporção do RWA						
5	Índice de Capital Principal (ICP)	14,02%	15,39%	17,42%	17,16%	16,96%
6	Índice de Nível 1 (%)	14,02%	15,39%	17,42%	17,16%	16,96%
7	Índice de Basileia	14,02%	15,39%	17,42%	17,16%	16,96%
Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA						
8	Adicional de Conservação de Capital Principal - ACPConservação (%)	1,25%	1,25%	1,25%	2,50%	2,50%
9	Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACPContracíclico (%)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
10	Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPSistêmico (%)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
11	ACP total (%)	1,25%	1,25%	1,25%	2,50%	2,50%
12	Margem excedente de Capital Principal (%)	8,27%	9,64%	11,67%	10,16%	9,96%
Razão de Alavancagem (RA)						
13	Exposição total	NA	NA	NA	NA	NA
14	RA (%)	NA	NA	NA	NA	NA
Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR)						
15	Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)	NA	NA	NA	NA	NA
16	Total de saídas líquidas de caixa	NA	NA	NA	NA	NA
17	LCR (%)	NA	NA	NA	NA	NA
Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR)						
18	Recursos estáveis disponíveis (ASF)	NA	NA	NA	NA	NA
19	Recursos estáveis requeridos (RSF)	NA	NA	NA	NA	NA
20	NSFR (%)	NA	NA	NA	NA	NA

2.2 OVA: Visão geral do gerenciamento de riscos da instituição

Para compreensão das estruturas de gerenciamento integrado de riscos e de capital do Conglomerado Banco Sicoob, é necessário o entendimento de conceitos básicos utilizados na organização sistêmica na qual o Banco está inserido, o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob).

O Banco Sicoob é um banco múltiplo privado, especializado no atendimento às cooperativas de crédito, cujo controle acionário pertence às entidades filiadas ao Sicoob. Suas atividades são orientadas para manutenção de relacionamento estreito, cordial e transparente com as cooperativas, atendendo suas necessidades e buscando a melhoria contínua de processos.

No que se refere ao gerenciamento integrado de riscos e ao gerenciamento de capital, o Banco Sicoob opera como unidade independente das cooperativas, exercendo funções específicas, mas aderentes às políticas sistêmicas do Sicoob. Essas políticas são detalhadas em manuais que estabelecem procedimentos, atribuições e responsabilidades, incluindo os prestadores de serviços terceirizados.

O Banco Sicoob é responsável pela estrutura centralizada de gerenciamento integrado de riscos e de gerenciamento de capital do seu conglomerado prudencial, das demais empresas controladas e da fundação patrocinada.

O conglomerado prudencial é composto pelo Banco Cooperativo Sicoob S.A, Bancoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Ponta Administradora de Consórcios Ltda., e ainda, pelo Fundo de Investimento Sicoob Previdenciário Renda Fixa IMA-B e Sicoob Agências Fundo de Investimento Imobiliário. Os fundos de investimento fazem parte do conglomerado por possuírem característica de retenção substancial de riscos e benefícios.

Adicionalmente as empresas e fundos de investimento que compõem o conglomerado, são controladas pelo Banco Sicoob as empresas Bancoob Participações em Seguridade S.A. e a Cabal Brasil Ltda.

A estrutura de gerenciamento de riscos é contínua e unificada, adequada ao perfil de risco e compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos do conglomerado.

O Banco Sicoob adota mapa de interações entre riscos, publicado em manual específico, para indicar as correlações entre os riscos considerados relevantes.

As informações sobre os níveis de apetite por riscos estão apresentadas na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) da instituição, aprovada pelo Conselho de Administração.

Diante da complexidade e diversidade de produtos e serviços que o conglomerado prudencial Banco Sicoob oferece, são considerados relevantes os riscos de crédito, mercado, liquidez, variação das taxas de juros, operacional, socioambiental, reputacional, conformidade, estratégia, continuidade de negócios, lavagem de dinheiro e cibernético.

Esses riscos são considerados relevantes porque podem afetar, isoladamente ou em conjunto, os resultados do conglomerado Banco Sicoob, considerando a situação financeira e a capacidade para manter os níveis adequados de capital, liquidez ou valor de portfólios de cada empresa do conglomerado.

Governança de gerenciamento de riscos: responsabilidades atribuídas ao pessoal da instituição, em seus diversos níveis, e o relacionamento entre as instâncias de governança.

A estrutura de gerenciamento de riscos do Banco Sicoob, com base nas políticas, estratégias, processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às atividades do conglomerado prudencial. A alocação de recursos, a definição de responsabilidades e processos e a aplicação das melhores práticas de gerenciamento de riscos conferem maior transparência, eficácia e tempestividade as atividades.

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gestão de riscos no conglomerado.

Visando otimizar a delegação e coordenação de tarefas essenciais ao gerenciamento de riscos, o conglomerado Banco Sicoob adota o modelo das 3 (três) linhas de defesa, com a seguinte caracterização:

- a) 1ª linha: controles e gestão do risco operacional aplicados pelas áreas que assumem riscos;
- b) 2ª linha: áreas específicas para desempenho das atividades de controles internos, gerenciamento de riscos e conformidade, de forma unificada;
- c) 3ª linha: avaliação independente pela auditoria interna.

O Conselho de Administração é o órgão responsável por estabelecer as diretrizes, políticas e alçadas para o gerenciamento de riscos e o Comitê de Riscos (Coris) é responsável por assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições.

No nível executivo, o diretor para gerenciamento de riscos (CRO) é responsável pela atividade de gerenciamento contínuo e integrado de riscos. Suas atividades são acompanhadas no âmbito do Comitê de Riscos.

A auditoria interna desempenha o papel de promover a avaliação independente das atividades desenvolvidas na instituição, permitindo à alta administração aferir a adequação dos controles, a efetividade do gerenciamento dos riscos e o cumprimento das normas internas e dos requisitos regulamentares.

Os sistemas, modelos e procedimentos utilizados para o gerenciamento de riscos são avaliados, anualmente, pela auditoria interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para corrigir, adaptar e promover melhorias no gerenciamento de riscos.

Os auditores externos, reguladores e outros órgãos externos desempenham papel importante na estrutura unificada de gerenciamento de riscos, a partir dos processos de auditoria e supervisão das atividades da instituição.

Para dar suporte a essa estrutura, o Banco Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento de riscos, segregada das unidades de negócios e da unidade executora da atividade de auditoria interna, com o objetivo de assegurar, de forma contínua e integrada, que os riscos da instituição sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O Banco Sicoob adota documento formal e sistemas de controle específicos de delegação de alçadas como componente do processo de definição de apetite por riscos. O documento determina as alçadas para a realização de operações e processos entre os diversos níveis da estrutura organizacional e funcional da instituição no que se refere, principalmente, mas não exclusivamente, às operações de crédito, à compra e venda de títulos e valores mobiliários, à gestão administrativa e liquidação financeira.

Canais de disseminação da cultura de risco na instituição

A cultura de riscos é disseminada por meio de processo estruturado, sendo os principais canais internos a *intranet* e Universidade Sicoob e a comunicação externa, por meio de disponibilização de relatórios no sítio do Sicoob.

Na *intranet* são disponibilizadas as políticas, os manuais, as circulares, cartas-circulares, os regulamentos e a relação dos normativos emitidos pelos Órgãos Reguladores, aplicáveis a todas as empresas do conglomerado e controladas pelo Banco Sicoob.

As informações sobre os níveis de apetite por riscos, apresentadas na Declaração de Apetite por Riscos (RAS), nas políticas, estratégias e em processos relacionados ao

Gerenciamento Integrado de Riscos (GIR), são disseminadas na instituição, em seus diversos níveis, inclusive aos prestadores de serviços terceirizados relevantes, com linguagem e grau de informação compatíveis com a área de atuação.

O programa de treinamento voltado para o Gerenciamento Integrado de Riscos prevê a promoção de ações educacionais que proporcionem a capacitação contínua dos empregados dos grupos gerencial e técnico do Banco Sicoob, das empresas controladas, da fundação patrocinada e dos prestadores de serviços relevantes. Alguns dos treinamentos disponíveis na Universidade Sicoob são:

- a) risco operacional e gestão de continuidade de negócios;
- b) risco de crédito e risco socioambiental;
- c) prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo – PLD/FT;
- d) pacto de ética;
- e) prevenção e combate à fraude;
- f) lei geral de proteção de dados;
- g) governança e *compliance*.

O Pacto de Ética do Sicoob é aplicável aos componentes da estrutura organizacional das entidades do Sicoob. Tem como objetivo harmonizar os valores pessoais e profissionais com padrões de comportamento. Os valores preconizados no referido pacto estão pautados em preceitos legais, éticos, morais e nos bons costumes.

Escopo e principais características do processo de mensuração de riscos

A estrutura de gerenciamento é unificada para o conglomerado Banco Sicoob e adota uma postura prospectiva quanto ao gerenciamento de riscos.

São implementados mecanismos que possibilitam a identificação, mensuração, avaliação, o monitoramento, reporte, controle e a mitigação dos riscos a que o conglomerado Banco Sicoob está exposto, incluindo os riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos de capital e a interação entre eles.

O risco é inerente à qualquer atividade e pode envolver perdas, bem como oportunidades, e deve ser gerenciado a fim de subsidiar à administração na tomada de decisão.

Visando alcançar os objetivos e as metas do conglomerado Banco Sicoob, a alta administração define o apetite por riscos, estabelecendo níveis de limites como parâmetros de mitigação do risco, por meio de mecanismos de monitoramento contínuo e integrado.

O gerenciamento de riscos abrange os riscos financeiros e não financeiros, os quais possuem manuais institucionais estabelecendo padrões para as respectivas instrumentalizações.

O conglomerado Banco Sicoob possui metas de capital em níveis acima dos requerimentos, mínimos, regulamentares e que representam o apetite por riscos, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente.

Processo de reporte de riscos ao CA e à diretoria

Para assessorar o Conselho de Administração nos processos de gerenciamento de riscos e de capital, o Banco Sicoob possui 2 (dois) comitês: o Comitê de Auditoria (Coaud), órgão estatutário e de caráter permanente, e o Comitê de Riscos (Coris), órgão de caráter permanente. Suas atribuições estão definidas no Estatuto Social e nos respectivos Regimentos Internos. Os referidos documentos estão disponibilizados na *intranet*.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos e ao programa de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

Os reportes são realizados por meio de relatórios e apresentações institucionais, para atendimento dos cronogramas de cada órgão de governança, e abrangem avaliação dos resultados:

- a) da gestão dos riscos (crédito, mercado, variação de taxas de juros, liquidez, socioambiental, imagem, estratégia e gestão de continuidade de negócios);
- b) dos controles internos, riscos de conformidade, cibernético, PLD/FT e prevenção às fraudes;
- c) gestão de capital;
- d) relatório de gerenciamento de riscos e de capital Pilar 3;
- e) ocorrências de denúncias, erros, fraudes e descumprimento de dispositivos legais, normativos, regulamentos e código internos;
- f) programa de teste de estresse;
- g) revisão de políticas de riscos e de capital;
- h) revisão da RAS, programas e planos relativos à gestão integrada de riscos e de capital.

Informações qualitativas sobre o programa de teste de estresse

O Programa de Testes de Estresse (PTE) abrange um conjunto coordenado de processos e rotinas, dotado de metodologias, documentação e governança próprias, com o objetivo principal de identificar potenciais vulnerabilidades do conglomerado Banco Sicoob.

O teste de estresse destaca-se como um dos componentes primordiais para o gerenciamento de risco. Tem como objetivo avaliar de forma prospectiva os potenciais impactos de eventos e as circunstâncias adversas na instituição, se a instituição apresenta níveis adequados de capital, liquidez ou valor de um portfólio e se os impactos não gerariam restrições ao desenvolvimento de suas atividades.

O PTE incorpora a metodologia de análise de sensibilidade, sendo consideradas as contribuições de especialistas das áreas de assunção de riscos, de gerenciamentos de riscos, da área econômica, de finanças e de gerenciamento de capital.

O Conselho de Administração e os demais órgãos de governança se envolvem ativamente no PTE.

Os testes de estresse são realizados de forma integrada para os diversos riscos e unidades de negócios do conglomerado Banco Sicoob, considerando os diferentes

níveis de agregação das exposições, a finalidade dos testes e os efeitos adversos resultantes das interações entre os riscos.

O teste incorpora a utilização de variáveis macroeconômicas e de mercado, bem como outras variáveis que afetam a gestão.

A eficácia e consistência dos exercícios dos testes de estresse são verificadas por meio do teste de aderência ou pela comparação periódica do resultado dos modelos com os dados observados.

As deficiências ou limitações metodológicas dos testes de estresse, incluindo aquelas relacionadas aos modelos quantitativos, às suas premissas e às bases de dados utilizadas, abrangendo a avaliação de sua factibilidade em situações de estresse, são explicitadas aos órgãos de governança e elencadas as ações para corrigir as fragilidades apontadas pelo programa.

Estratégias de mitigação de riscos e sua efetividade

O acompanhamento do apetite por riscos e a sua consequente mitigação se dá por meio de processos efetivos e periódicos de controles, em que os gestores e a alta administração são informados quanto à exposição e respectiva utilização dos limites vigentes. O reporte é feito por meio de relatórios estruturados, com destaque a eventuais exceções dos limites, as quais exigem planos de ação, incluindo datas para as respectivas adequações.

A mitigação dos riscos do conglomerado Banco Sicoob resulta das boas práticas descritas nas políticas e manuais e está alicerçada em alguns pilares fundamentais como a adoção e padronização de critérios técnicos de análise e aceitação de risco, da tomada de decisões colegiadas, do monitoramento permanente e integrado dos riscos, do planejamento estratégico robusto e integrado e da utilização de estrutura técnica especializada e centralizada.

Os pilares descritos estão alicerçados em aspectos indispensáveis para que a estrutura de gerenciamento de riscos funcione como previsto. A adoção de mecanismos padronizados e de critérios formais de decisão reduz a possibilidade de eventos de risco que possam implicar em perdas pela instituição.

Breve descrição do gerenciamento de capital, incluindo a avaliação de suficiência e adequação do Patrimônio de Referência (PR) para cobertura dos riscos das atividades atuais e projetadas da instituição

O gerenciamento de capital do conglomerado Banco Sicoob é coordenado pela Diretoria Financeira e Administrativa, centralizado na área de Planejamento Financeiro, a qual é apoiada pelo Comitê de Gerenciamento de Capital (Cocap), visando garantir a sinergia, uniformidade e visão sistêmica.

O gerenciamento de capital do conglomerado Banco Sicoob é realizado de forma integrada com as demais diretorias, cujos processos, procedimentos e políticas estão definidos em normativos internos.

Compõem o Cocap as seguintes áreas: estratégia e gestão, gestão integrada de riscos, administração e contadoria e planejamento financeiro.

A estrutura de gerenciamento de capital é um processo contínuo que busca:

- a) realizar o monitoramento e controle do capital pelos órgãos de governança corporativa;
- b) avaliar as necessidades de capital em face a exposição ao risco do conglomerado Banco Sicoob, bem como realizar simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse), e seus impactos no capital regulamentar;
- c) planejar metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos do conglomerado Banco Sicoob para o horizonte mínimo de 3 (três) anos;
- d) adoção de postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado;
- e) comunicação tempestiva com os acionistas para negociar o alcance das metas de capitalização do conglomerado Banco Sicoob.

O Banco Sicoob mantém um conjunto de metodologias que permitem identificar e avaliar os riscos relevantes, de forma a manter capital compatível com os riscos incorridos pelo conglomerado.

Adicionalmente, dispõe de um plano de capital que prevê as metas e projeções de capital, as principais fontes de capital e o plano de contingência de capital.

O plano de capital está alinhado as diretrizes estratégicas e de capital do Sicoob para o horizonte de 3 (três) anos, possui periodicidade de revisão semestral e acompanhamento trimestral pelo Comitê Cocap e pela Diretoria Executiva.

São realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados são apresentados, semestralmente, à Diretoria e ao Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento de capital é avaliado, anualmente, pela auditoria interna.

2.3 OV1: Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA)

Conforme a Resolução CMN 4.193/2013, que trata dos cálculos dos requerimentos mínimos e do adicional de capital, deve ser apurado o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), correspondente a soma das seguintes exposições:

$$RWA = RWA_{CPAD} + RWA_{MPAD} + RWA_{OPAD}$$

Sendo:

Risco de Crédito

- RWA_{CPAD} – relativa às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada.

Risco de Mercado

- RWA_{MPAD} – relativa às exposições ao risco de mercado sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada.

Risco Operacional

- RWA_{OPAD} – relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada.

As metodologias utilizadas pelo Banco Sicoob para a alocação de capital estão em conformidade com a regulamentação em vigor, sendo parte do processo de avaliação da adequação do PR, objetivando apurar a exigência de capital suficiente para cobertura dos riscos inerentes às suas atividades.

Tabela OV1: Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA)

	R\$ mil		
	a	b	c
	RWA		Requerimento mínimo de PR
	dez-20	set-20	dez-20
0 Risco de Crédito - tratamento mediante abordagem padronizada	11.330.092	9.803.064	906.407
2 Risco de crédito em sentido estrito	10.772.889	9.161.558	861.831
6 Risco de crédito de contraparte (CCR)	17.349	854	1.388
7 Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada para risco de crédito de contraparte (SA-CCR)	NA	NA	NA
7a Do qual: requerimento calculado mediante uso da abordagem CEM	-	-	-
9 Do qual: mediante demais abordagens	17.349	854	1.388
10 Acréscimo relativo ao ajuste associado à variação do valor dos derivativos em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte (CVA)	-	-	-
12 Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes identificados	1.217	1.218	97
13 Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes inferidos conforme regulamento do fundo	-	-	-
14 Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes não identificados	-	-	-
16 Exposições de securitização - requerimento calculado mediante abordagem padronizada	-	-	-
25 Valores referentes às exposições não deduzidas no cálculo do PR	538.638	639.435	43.091
20 Risco de mercado	102.821	102.678	8.226
21 Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada (RWAMPAD)	102.821	102.678	8.226
22 Do qual: requerimento calculado mediante modelo interno (RWAMINT)	-	-	-
24 Risco operacional	2.792.278	2.792.278	223.382
27 Total	14.225.191	12.698.021	1.138.015

3. Risco de Liquidez

3.1 LIQA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de liquidez

Estrutura organizacional e responsáveis pelo gerenciamento do risco de liquidez, incluindo descrição do processo estruturado de comunicação interna, conforme estabelecido na Resolução nº 4.557, de 2017

A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez do Banco Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente as boas práticas de gestão.

O Banco Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento de risco de liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco da instituição seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

O Conselho de Administração é o órgão responsável por estabelecer as diretrizes e políticas para o gerenciamento de risco de liquidez e o Comitê de Riscos (Coris) é responsável por assessorar o Conselho de Administração no desempenho dessa atribuição.

O diretor de Riscos e Controles (CRO) é responsável pela atividade de gerenciamento de risco de liquidez. Suas atividades são acompanhadas no âmbito do Comitê de Riscos.

O Comitê de Gestão de Caixa (Cogec) tem por objetivo estabelecer, diariamente, a gestão dos recursos de caixa do dia seguinte. O Cogec é subordinado à Diretoria Executiva.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

Estratégias de captação de recursos, incluindo políticas relativas à diversificação de fontes e de prazos de captação

O Banco Sicoob opera com recursos próprios e de terceiros, provenientes de repasse ou não, para atender as demandas dos produtos financeiros, respeitando sempre as disposições normativas internas e do Sistema Financeiro Nacional (SFN) que regulamentam prazos, lastros e taxas.

Os processos relativos ao gerenciamento de risco de liquidez preveem a adoção das seguintes estratégias para captação de recursos:

- a) definição de apetite por riscos;
- b) processos que estabeleçam limites e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de liquidez;
- c) processos que assegurem a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação do risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, inclusive intradia, em situações normais ou de estresse, contemplando avaliação diária das operações ou com prazos de liquidação inferiores a 90 (noventa) dias;
- d) manutenção de recursos de ativos líquidos que possam, prontamente, ser convertidos em caixa, em situações de estresse;

A disponibilidade de fontes de *funding* são diversificadas e estáveis, monitoradas por meio de indicador de concentração e avaliação de prazos médios.

A política de taxas de captação praticadas pelo Banco Sicoob está consonante com o mercado financeiro e, sempre que possível, equilibrada entre ativos e passivos, visando mitigar o risco de liquidez, em linha com o apetite por risco do Sicoob.

Estratégia de mitigação do risco de liquidez

O acompanhamento do apetite por risco e a sua consequente mitigação se dá por meio de processos efetivos e periódicos de controles, em que os gestores e a alta administração são informados quanto à exposição e respectiva utilização dos limites vigentes. O reporte é feito por meio de relatórios estruturados, com destaque para suficiência de ativos líquidos para suportar potenciais saídas de recursos esperadas e inesperadas, correntes e futuras do fluxo de caixa.

Descrição da utilização dos testes de estresse para fins de gerenciamento do risco de liquidez

São realizados testes de estresse trimestrais com base em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez da instituição.

Os resultados dos testes de estresse são considerados para simular os impactos nos ativos de alta liquidez, com o objetivo de avaliar se a instituição possui liquidez suficiente para suportar potenciais saídas de recursos do fluxo de caixa projetado no curto prazo.

Descrição resumida do plano de contingência de liquidez

O plano de contingência é regularmente atualizado e estabelece responsabilidades, estratégias e procedimentos, claramente definidos e documentados, para enfrentar situações de estresse.

Como mecanismo de controle para avaliação da efetividade do plano de contingência, trimestralmente, são testadas as principais medidas com o intuito de avaliar a capacidade de geração de liquidez.

As medidas estão descritas em políticas internas, podendo abranger a venda ou troca de ativos e passivos, alteração na composição das captações, redução dos desembolsos relacionados à concessão de créditos e às captações por meio de contratação de empréstimos.

Descrição das ferramentas, métricas e dos limites utilizados para o gerenciamento de risco de liquidez

Os instrumentos de gestão do risco de liquidez utilizados são:

- a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que evidenciem, no mínimo:
 - limite mínimo de liquidez;
 - fluxo de caixa projetado;
 - aplicação de cenários de estresse;
 - definição de planos de contingência.
- b) realização de testes de avaliação dos sistemas de controle do risco de liquidez;
- c) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;
- d) existência de plano de contingência, contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

4. Risco de Crédito

4.1 CRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito

A forma como o modelo de negócios é refletido no perfil de risco de crédito da instituição

O Banco Sicoob apresenta modelo de negócios voltado para o atendimento de demandas de crédito e de serviços ativos e passivos para as cooperativas de crédito e seus cooperados. Nesse sentido, foram estabelecidos modelos padronizados de classificação de risco de tomadores e operações de crédito e definidos, na Declaração

de Appetite a Riscos (RAS), limites prudenciais de exposição, bem como limites aceitáveis de inadimplência com segmentos específicos.

Critérios utilizados no estabelecimento da política e dos limites internos associados ao risco de crédito

O Banco Sicoob mantém um conjunto de metodologias para avaliar o risco de crédito de contrapartes (pessoas físicas, pessoas jurídicas e instituições financeiras) e de operação.

Os modelos de avaliação de risco da contraparte consideram informações cadastrais, financeiras e/ou comportamentais, dados de fontes externas e avaliações qualitativas de analistas, especialistas e gestores. As metodologias têm o seu poder discriminante (capacidade de separar bons e maus clientes) periodicamente testado. Tendo em vista as características citadas, a metodologia de risco de operação contempla todas as exigências da Resolução CMN 2.682/1999.

O módulo de Classificação de Risco e Limite - CRL efetua críticas dos dados e registra históricos das análises das contrapartes e os respectivos limites de crédito. As classificações de risco subsidiam a alocação do crédito e a gestão da carteira de maneira global.

Os modelos são baseados na estimação da Perda Esperada (PE) da operação, de acordo com a seguinte fórmula:

$$PE=PD\times LGD\times EAD$$

Onde:

Probabilidade de descumprimento ou *Probability of Default* (PD): percentual que corresponde à probabilidade de descumprimento da classe de risco da contraparte;

Perda dado o descumprimento ou *Loss Given Default* (LGD): percentual da perda econômica decorrente do descumprimento, considerados todos os fatores relevantes, para recuperação do crédito, que pode ser influenciado por características das operações e pela existência de garantias;

Exposição ao descumprimento ou *Exposure at Default* (EAD): corresponde ao valor da exposição da entidade perante o tomador ou contraparte no momento da concretização do evento de descumprimento.

Adicionalmente, no Programa de Testes de Estresse é avaliada a suficiência de capital do Banco Sicoob, em decorrência da deterioração das condições de crédito. Nos testes de estresse são realizadas simulações e análises baseadas em cenários de depreciação da carteira de crédito do Banco Sicoob, com a utilização da metodologia *Ad Hoc*, que consiste na piora hipotética no nível das operações da carteira e o aumento da inadimplência pelo efeito dos ciclos econômicos, a fim de observar o impacto no capital.

Organização da estrutura de gerenciamento do risco de crédito

A estrutura de gerenciamento do risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- c) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- d) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- e) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito e o cumprimento das estratégias;
- f) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- g) informações gerenciais periódicas para as entidades do conglomerado;
- h) modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- i) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da instituição;
- j) limites de crédito para cada cliente e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- k) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas do gerenciamento de risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais, a formação de comitês específicos e independentes e o acompanhamento sistematizado, contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

Os processos de crédito e de gerenciamento de risco de crédito são segregados e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade.

Relação entre a estrutura de gerenciamento do risco de crédito, a política de conformidade e a atividade de auditoria interna

O Conselho de Administração é o órgão responsável por estabelecer as diretrizes, políticas e alçadas para o gerenciamento de riscos e a Diretoria de Riscos e Controles é responsável por assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições.

A auditoria interna desempenha o papel de promover a avaliação independente das atividades desenvolvidas na instituição, permitindo à alta administração promover a adequação dos controles, a efetividade do gerenciamento dos riscos e o cumprimento das normas internas e requisitos regulamentares. Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados, anualmente, pela auditoria interna e os resultados

apresentados nos relatórios de auditoria serão utilizados para corrigir, adaptar e promover melhorias no gerenciamento de riscos.

Escopo e principais tópicos de gerenciamento do risco de crédito incluídos nos relatórios gerenciais para o Conselho de Administração, Comitê de Riscos e a Diretoria da Instituição

Como parte do gerenciamento do risco de crédito são realizados reportes, mensais, à Diretoria Executiva (Direx), ao Conselho Administrativo e Conselho Fiscal, que determinam as diretrizes a serem adotadas quanto ao gerenciamento de risco e também aos comitês instituídos.

Nos reportes mensais aos órgãos colegiados, são apresentados os indicadores que atestam a qualidade da carteira de crédito do banco e a sua aderência com o apetite ao risco, como o acompanhamento das variações das principais carteiras de crédito, do índice de provisionamento, da inadimplência e do índice de cobertura. Além desses indicadores, é realizado o acompanhamento dos indicadores macroeconômicos, das exposições das linhas emergenciais relacionadas à pandemia e o acompanhamento dos indicadores das cooperativas do Sistema Sicoob.

4.2 CR1: Qualidade creditícia das exposições

Tabela CR1: Qualidade creditícia das exposições

				R\$ mil			
				a	b	c	g
				Valor Bruto		Provisões, Adiantamentos e rendas a apropriar	Valor Líquido
				Exposições caracterizadas como operações em curso anormal	Em curso normal		
1	Concessão de crédito			23.686	24.587.029	192.294	24.418.421
2	Títulos de dívida			-	17.419.459	8.796	17.410.663
2a	dos quais: títulos soberanos nacionais			-	15.987.246	-	15.987.246
2b	dos quais: outros títulos			-	1.432.212	8.796	1.423.416
3	Operações não contabilizadas no balanço patrimonial			-	20.010.573	195	20.010.378
4	Total			23.686	62.017.061	201.284	61.839.462

4.3 CR2: Mudanças no estoque de operações em curso anormal

Tabela CR2: Mudanças no estoque de operações em curso anormal

			R\$ mil	
			dez-20	jun-20
			Total	Total
1	Valor das operações em curso anormal no final do período anterior		23.941	22.149
2	Valor das operações que passaram a ser classificadas como em curso anormal no período corrente		2.659	4.155
3	Valor das operações reclassificadas para curso normal		(627)	(430)
4	Valor da baixa contábil por prejuízo		(1.294)	(1.317)
5	Outros ajustes		(994)	(719)
6	Valor das operações em curso anormal no final do período corrente		23.686	23.838

4.4 CRB: Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições

Total das exposições por regiões geográficas							R\$ mil
	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Território Nacional ¹	Total
Concessão de crédito	2.897.103	406.598	2.796.064	10.849.535	7.469.121		24.418.421
Títulos de dívida	3.020	-	66.920	1.344.103	9.373	15.987.246	17.410.663
Operações não contabilizadas no balanço patrimonial							20.010.378
Total das exposições	2.900.123	406.598	2.862.984	12.193.638	7.478.495	15.987.246	61.839.462

¹ Corresponde aos títulos públicos brasileiros

Total das exposições por prazo remanescente de vencimento					R\$ mil
	Até 6 meses	Acima de 6 meses até 1 ano	Acima de 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Concessão de crédito	6.099.702	3.181.928	10.185.193	4.951.599	24.418.421
Títulos de dívida	1.701.167	770.442	9.128.040	5.811.014	17.410.663
Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	-	19.939.793	70.585	-	20.010.378
Total das exposições	7.800.869	23.892.163	19.383.818	10.762.612	61.839.462

Total das exposições por setor econômico			R\$ mil
	Valor Líquido	Valor Bruto	
Concessão de crédito	24.418.421	24.610.715	
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	10.218.057	10.220.860	
Pessoa Física	9.228.417	9.343.213	
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	2.846.692	2.882.970	
Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	826.776	841.601	
Saúde Humana e Serviços Sociais	275.028	277.916	
Indústrias de Transformação	269.741	276.100	
Transporte, Armazenagem e Correio	154.122	157.137	
Alojamento e Alimentação	110.863	113.219	
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	98.149	99.965	
Construção	95.440	97.525	
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	82.389	83.852	
Outras Atividades de Serviços	62.834	64.073	
Informação e Comunicação	50.554	51.292	
Educação	38.169	38.807	
Atividades Imobiliárias	23.292	23.719	
Artes, Cultura, Esporte e Recreação	13.833	14.044	
Indústrias Extrativas	8.183	8.269	
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	5.950	6.072	
Administração Pública, Defesa e Segurança Social	5.346	5.417	
Eletricidade e Gás	3.824	3.896	
Serviços Domésticos	762	768	
Títulos de dívida	17.410.663	17.419.459	
Tesouro Nacional	15.987.246	15.987.246	
Bancos e outras Instituições Financeiras	1.423.416	1.432.212	
Operações não contabilizadas no Balanço Patrimonial	20.010.378	20.010.573	
Total das exposições	61.839.462	62.040.746	

Total das operações em curso anormal por regiões geográficas							R\$ mil
	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total	
Valor das operações em curso anormal ¹	8.052	2.341	1.044	10.515	1.734	23.686	
Valor da provisão	5.521	1.627	644	6.724	1.170	15.686	

¹Incluso os valores baixados contabilmente para prejuízo

R\$ mil		
Total das operações em curso anormal por setor econômico		
	Valor das operações em curso anormal	Valor da provisão
Pessoa Física	18.665	12.069
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	1.750	1.319
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aqüicultura	1.270	946
Indústrias de Transformação	748	513
Construção	178	89
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	235	151
Alojamento e Alimentação	315	235
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	96	55
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	90	52
Saúde Humana e Serviços Sociais	96	63
Transporte, Armazenagem e Correio	118	87
Educação	31	18
Outras Atividades de Serviços	31	26
Eletricidade e Gás	45	45
Informação e Comunicação	18	18
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	-	-
Atividades Imobiliárias	-	-
Administração Pública, Defesa e Segurança Social	-	-
Artes, Cultura, Esporte e Recreação	-	-
Serviços Domésticos	-	-
Total das operações em curso anormal	23.686	15.686

R\$ mil						
Total das operações em curso anormal por faixas de atraso						
	Menor que 30 dias	Entre 31 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 365 dias	Maior que 365 dias	Total
Concessão de crédito	70.984	23.069	5.325	2.675	-	102.053
Títulos de dívida	-	-	-	-	-	-
Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	-	-	-	-	-	-
Total das exposições	70.984	23.069	5.325	2.675	-	102.053

R\$ mil	
Segregação do total das exposições reestruturadas	
Total	
Operações em curso anormal	236.301
Demais operações	311
Total das exposições reestruturadas	236.612

R\$ mil		
Representatividade das exposições		
	Exposições	% das exposições
10 maiores exposições	20.560.253	33,2%
100 maiores exposições	28.533.889	46,1%

5. Risco de Crédito de Contraparte (CCR)

5.1 CCRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito de contraparte

O risco de crédito de contraparte é a possibilidade de não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações, que envolvam a negociação de ativos financeiros com risco bilateral. Abrange instrumentos financeiros derivativos, operações a liquidar, empréstimos de ativos e operações compromissadas.

O Banco Sicoob possui metodologia interna que estabelece risco e limite de crédito para bancos e outros emitentes (contraparte) de títulos negociados na tesouraria. A metodologia interna de avaliação do risco de contraparte considera indicadores econômico-financeiros, avaliações de empresas de classificação de risco e outros dados publicados. As classificações de riscos são revisadas periodicamente, de acordo com o porte e o nível de risco da contraparte.

O conglomerado Banco Sicoob possui risco de crédito de contraparte apenas em operações compromissadas.

6. Exposições de Securitização

6.1 SECA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento de riscos das exposições de securitização

O conglomerado Banco Sicoob não realiza esse tipo de operação.

7. Risco de Mercado

7.1 MRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de mercado

Estratégias e processos utilizados no gerenciamento do risco de mercado

O Banco Sicoob estrutura o gerenciamento do risco de mercado utilizando as boas práticas e modelos consolidados de avaliação. Para o cálculo do risco de mercado são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os fatores de risco para os instrumentos classificados na carteira de negociação (*trading*).

São classificadas na carteira de negociação (*trading*):

- a) as operações com derivativos, exceto as operações de *hedge* da carteira bancária (*banking*);
- b) as operações relativas às aplicações em cotas de fundos de investimento;
- c) as aplicações em mercadorias (*commodities*), em ações e em moedas estrangeiras.

Para as parcelas de riscos de mercado RWA_{JUR1} , RWA_{JUR2} , RWA_{JUR3} , RWA_{JUR4} , RWA_{CAM} , RWA_{COM} e RWA_{ACS} são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

As empresas que compõem o conglomerado, com exceção do Banco Sicoob, não possuem operações na carteira de negociação e nem derivativos.

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado prevê:

- a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que evidenciem, no mínimo:
 - valor em risco (*Value at Risk – VaR*);
 - limites máximos de risco de mercado;
 - aplicação de cenários de estresse;
 - definição de planos de contingência.
- b) realização de testes de avaliação dos sistemas de controle do risco de mercado;

- c) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado;
- d) existência de plano de contingência, contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de mercado.

Estrutura responsável pela implementação das estratégias e processos empregados no gerenciamento do risco de mercado, incluindo mecanismos de comunicação interna utilizados

O Banco Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento de risco de mercado, com o objetivo de assegurar que o risco da instituição seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

Principais características dos sistemas de informação e de mensuração dos riscos

O sistema de mensuração, monitoramento e controle de risco de mercado adotado pelo Banco Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco de mercado, abrangendo a totalidade das posições do conglomerado Banco Sicoob.

7.2 MR1: Abordagem padronizada – fatores de risco associados ao risco de mercado

Tabela MR1: Abordagem padronizada - fatores de risco associados ao risco de mercado

		R\$ mil	
		RWA _{MPAD}	
		dez-20	set-20
1	Taxas de juros	72.692	66.941
1a	Taxas de juros prefixada denominadas em Real (RWA _{JUR1})	256	365
1b	Taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWA _{JUR2})	1.190	1.506
1c	Taxas dos cupons de índices de preço (RWA _{JUR3})	71.246	65.070
1d	Taxas dos cupons de taxas de juros (RWA _{JUR4})	-	-
2	Preços de ações (RWA_{ACS})	-	-
3	Taxas de câmbio (RWA_{CAM})	30.128	33.161
4	Preços de mercadorias (RWA_{COM})	-	2.576
9	Total	102.821	102.678

7.3 Carteira de Derivativos

As posições em derivativos têm como principal função o *hedge* dos riscos das carteiras de negociação dos principais fatores de risco (câmbio e *commodities*).

Informações quantitativas dos derivativos classificados na carteira de negociação

					R\$ mil
Derivativos no Brasil - Com Contraparte Central					
		dezembro-20		setembro-20	
Fatores de Risco		Comprada	Vendida	Comprada	Vendida
Ações e Índices		-	-	-	-
Câmbio		-	(18.132)	-	(22.697)
Taxa de juros		18.132	(18.132)	21.907	(21.907)
Commodities		-	-	-	(790)

Somente posições classificadas na carteira de negociação (*trading book*).

8. Risco de Variação das Taxas de Juros em Instrumentos Classificados na Carteira Bancária (IRRBB)

8.1 IRRBBA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do IRRBB

Descrição de como a instituição define o IRRBB para fins de controle e mensuração de riscos

Define-se o risco de variação das taxas de juros (IRRBB) como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

No processo de gerenciamento do IRRBB, o Banco Sicoob utiliza as abordagens de valor econômico e de resultado da intermediação financeira.

- a) abordagens de valor econômico (EVE): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária;
- b) abordagens de resultado de intermediação financeira (NII): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição.

Descrição das políticas e estratégias para o gerenciamento e a mitigação do IRRBB

O Banco Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento de risco de variação das taxas de juros, com o objetivo de assegurar que o risco da instituição seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

O acompanhamento do risco de variação das taxas de juros é realizado por meio da apreciação de relatórios periódicos elaborados pela área especializada e remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração que evidenciem, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e resultado de intermediação financeira;
- b) análise de descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- c) limites máximos do risco de variação das taxas de juros;
- d) análise de sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- e) resultado das perdas e ganhos embutidos (EGL);
- f) testes de estresse;
- g) plano de contingência.

Em complemento, são realizados testes de estresse da carteira bancária para avaliar a sensibilidade aos limites definidos na RAS.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle do risco de variação das taxas de juros adotado pelo Banco Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições do conglomerado Banco Sicoob.

Os sistemas, modelos e procedimentos são avaliados, anualmente, pela auditoria interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para corrigir, adaptar e promover melhorias no gerenciamento de riscos.

Os auditores externos, reguladores e outros órgãos externos desempenham papel importante na estrutura de gerenciamento de riscos, a partir dos processos de auditoria e supervisão das atividades da instituição. Os resultados apresentados nos relatórios de inspeção são utilizados para corrigir, adaptar e promover melhorias no gerenciamento de riscos.

A área de planejamento financeiro é responsável pela gestão dos descasamentos entre os fluxos dos ativos e passivos, avaliados por faixa de prazos e fatores de riscos, bem como, desempenha o controle e mitigação do risco de taxa de juros por meio de estratégias de ALM (*Asset and Liability Management*).

Periodicidade de cálculo das medidas de IRRBB e descrição das métricas específicas utilizadas para apurar a sensibilidade da instituição ao IRRBB

As abordagens do valor econômico (ΔEVE) e de resultado de intermediação financeira (ΔNII) são calculadas diariamente e avaliadas em relação aos limites definidos na RAS e às demais métricas de análise de sensibilidade (*DV01- Delta Variation*) e resultado de perdas e ganhos embutidos (EGL), para avaliação de comportamentos do risco e resultado da carteira bancária.

Descrição dos cenários de choques e de estresse de taxas de juros utilizados para estimar variações no valor econômico (ΔEVE) e no resultado de intermediação financeira (ΔNII) da instituição

Para o cálculo do IRRBB são aplicados choques na estrutura a termo de taxa de juros (ETTJ) para a simulação de cenários possíveis, respeitando as diretrizes estabelecidas e observando os requisitos mínimos definidos pela regulação do IRRBB.

Os choques utilizados são Paralelo de Alta (aumento das taxas de juros de curto e de longo prazo) e Paralelo de Baixa (redução das taxas de juros de curto e de longo prazo), com cenários padronizados e internos nas abordagens de EVE e NII.

Descrição e implicações direcionadas das premissas relevantes utilizadas no sistema de mensuração do IRRB, caso sejam diferentes das premissas de modelagem exigidas para fins de divulgação das métricas da Tabela IRRBB1.

Não há premissas diferentes.

Descrição, em termos gerais, de como a instituição faz *hedge* de suas exposições ao IRRBB, bem como, tratamento contábil de tais operações

Não há *hedge* para as exposições ao IRRBB.

Descrição, em termos gerais, das premissas mais relevantes para modelagem e para parametrização, no cálculo do ΔEVE e ΔNII , de que trata a Circular nº 3.876, de 31 de janeiro de 2018, divulgados na Tabela IRRBB1

No cálculo do IRRBB, os depósitos sem vencimento são modelados considerando suas classificações segundo sua natureza, estabilidade e distribuídos no tempo, respeitando os limites regulatórios.

Quaisquer outras informações que a instituição deseje divulgar com respeito à sua interpretação da relevância e sensibilidade das medidas de IRRBB divulgadas, além de notas explicativas sobre eventuais variações significativas no nível de IRRBB reportado em relação a datas-bases anteriores

Todas as informações relevantes foram divulgadas.

No cálculo do IRRBB, os depósitos sem vencimento são modelados considerando suas classificações segundo sua natureza, estabilidade e distribuídos no tempo, respeitando os limites regulatórios.

Premissa de prazo máximo de reapreçamento atribuída aos depósitos sem vencimento contratual definido

Prazo médio é de 2 (dois) anos;

Prazo máximo é de 5 (cinco) anos.

8.2 IRRBB1: Informações quantitativas sobre o IRRBB

Tabela IRRBB1: Informações quantitativas sobre o IRRBB

Cenários	R\$ mil			
	Choques Padronizados ¹			
	ΔEVE		ΔNII	
	dez-20	dez-19	dez-20	dez-19
Paralelo de Alta	278.960	-	91.801	-
Paralelo de Baixa	(356.323)	-	(120.088)	-
Aumento das taxas de juros de curto prazo	NA	NA		
Redução das taxas de juros de curto prazo	NA	NA		
Steeper	NA	NA		
Flattener	NA	NA		
Varição Máxima	278.960	-	91.801	-
	dez-20		dez-19	
Capital de Nível I	1.995.062		1.910.514	

As perdas potenciais estão representadas por valores positivos, enquanto que, os ganhos potenciais por valores negativos.

¹ Choques padronizados nas taxas de juros, conforme definição do "Anexo 1" da Circular BCB nº 3.876/2018.